

AUTOBIOGRAFIA DO BRASIL

Rodrigo Petronio

“Sou francamente paradoxal”. Essa frase de Gilberto Freyre, ao unir *franqueza* e *paradoxo*, parece sintetizar paradoxal e sinceramente a essência de seu pensamento. Poucos pensadores brasileiros suscitaram tanta fascinação em seus leitores e uma alteração tão profunda no modo de compreendermos a sociedade brasileira. Poucos geraram polêmica e aversão proporcionais à originalidade de suas ideias. Gilberto Freyre está na vanguarda desses pensadores. E aqui, ao utilizarmos a palavra *vanguarda*, já se evidencia o teor contraditório da sua situação, representante do que poderíamos chamar, com a sua anuência, de uma *revolução conservadora*. De um só golpe, ele propõe a teoria e a encarna, representando-a em sua própria obra e vida. Afinal, Freyre considerava que, no caso do Brasil, o binômio desenvolvimento-conservação era a oscilação de uma balança que nunca chegaria a um termo. O Brasil é uma dialética sem síntese possível, pois o “equilíbrio dos antagonismos” é o coração do processo civilizatório ibérico e, por conseguinte, o cerne da estrutura social brasileira. Tal constatação é uma navalha que corta dos dois lados: se fecha parcialmente as portas para qualquer projeto planificador e desenvolvimentista, que virá posteriormente por meio da industrialização sulista e que será visto com muitas ressalvas pelo sociólogo, ao mesmo tempo sinaliza algo que experimentamos em nosso cotidiano da maneira mais evidente possível. Não é à toa que o Brasil é chamado de país de contradições. E isso não é sociologia. É um refrão popular. Ao contrário de fatalismo, Freyre via a “riqueza das contradições”, como notou Fátima Quintas. A franqueza do paradoxo. A virtude dos antagonismos. Estes não se sintetizam. Mas também não se excluem.

O discurso que Freyre proferira ao receber o Prêmio Aspen, nos EUA, em 1967, um dos maiores do mundo na área de Ciências Humanas, transcrito parcialmente na nova edição de seu monumental *Sociologia*, parece sinalizar,

em termos tanto biográficos quanto políticos, essa condição paradoxal intransponível. Que é a do Brasil. Que é a de Freyre. Nele, o pernambucano faz questão de enfatizar a sua situação: periférica no que diz respeito às metrópoles brasileiras, como Rio de Janeiro e São Paulo, mas sempre em diálogo com estudiosos das maiores universidades do mundo, na Europa, na Ásia, na África, nas Américas. A vida e a obra de Freyre são uma soma infinita de contradições, idas e vindas. Sempre inconclusa. Talvez disso devesse resultar a sua genialidade. Talvez essa seja a raiz do eterno dilema quando nos propomos a situá-lo ideologicamente. Talvez essa a grande mazela de julgarmos sua obra: ao criticá-la, estamos criticando elementos internos ao próprio modo de ser brasileiro, que ele e sua obra representam. Afinal, o tema do patriarcalismo, matizado depois sob o conceito de lusotropicalismo, que abrange uma série de obras, o acompanhará por toda a vida. É fato que ele criará novos adjetivos para seu método: anfíbio, existencial, barroco. Mas o patriarcalismo, ainda que velado, continuará sendo a matriz da cultura brasileira, segundo a sua leitura. Portanto, não se trata de um conceito pontual em seu pensamento. É a sua medula.

A coisa mais fácil do mundo é criticar Gilberto Freyre. Uma das mais difíceis é contradizê-lo. Entre uma e outra atitude há o abismo que separa a petulância pseudointelectual do debate livre e inteligente. Nas últimas décadas de vida do sociólogo, Nelson Rodrigues foi um dos que melhor chamaram a atenção para o “patrulhamento ideológico” sofrido por Freyre. Curiosamente, também ele, outro gênio confiscado pelo corporativismo dos medianos. Porém, ao contrário do que se cria e ainda se crê, recentemente o historiador Nicolau Sevcenko chamou a atenção para o rigor intelectual de Freyre. Afinal, outro aspecto criticado em sua obra é o seu caráter ensaístico, considerada à época como pouco científica pelos sociólogos do então emergente meio acadêmico brasileiro, chamados pelo pernambucano, com certo desdém, de “objetivistas”. Com a formação oficial dos departamentos de Sociologia, tais discrepâncias tenderam a se fortalecer, chegando a criar, como lembra Simone Meucci, duas correntes: a sociologia científica e a sociologia de Freyre. Por outro lado, o próprio sociólogo se gabava de conhecer as premissas acadêmicas tão bem

que era capaz de subvertê-las, traço que defenderá com ênfase em *Vida, Forma e Cor*, ao tratar de artistas e de escritores e ao ressaltar suas críticas à cisão entre rigor científico e linguagem artística. O estilo apurado, o gosto pelo detalhe, a descrição, a torção da frase, a elipse, a mescla de dissertação e narração, o uso da primeira pessoa, o emprego de termos eruditos unidos com naturalidade a um vasto vocabulário popular e até chulo, faz de Freyre um dos maiores escritores da língua portuguesa. O próprio Roger Bastide já havia ressaltado o aspecto hipnótico de sua escrita. Tal foi sua ênfase na base literária da narrativa sociológica, que ficou conhecido entre os franceses como o criador de uma “sociologia proustiana”, ou seja, que não se ocupa dos espaços públicos indistintos da sociedade, mas trata da sua “história íntima”, à maneira do *roman vrai* dos irmãos Goncourt. Além disso, usa o famoso “tempo tríplice” agostiniano, onde presente, passado e futuro se encontram. Toda a micro-história e a história da vida privada, tão na moda, são uma invenção de Freyre, na década de 1930. Como resalta em *De Menino a Homem*, oportuna autobiografia lançada pela Global, ele é o precursor desse enfoque, em nível mundial. Quer seus cultores aceitem ou não a filiação. Ou, no caso, por algum motivo atávico inconfesso, queiram rejeitar a paternidade totêmica patriarcal dessa linha de estudos.

Embora esses estigmas tenham contribuído para a criação do mito Gilberto Freyre, o impacto de sua obra, composta ao todo de mais de cem livros, foi se fazendo, ora no centro do debate, ora às margens, mas sempre impossível de ser ignorada. Todas as críticas que lhe foram endereçadas são cacos soltos de um grande mosaico. Um mosaico dos mais complexos e amplos que se produziu sobre o Brasil. Mais do que repetir frases-feitas, é preciso entender como suas peças se articulam. Afinal, como certa vez afirmou o crítico Antonio Candido, um dos mais eminentes representantes do pensamento de esquerda no país, *Casa-Grande & Senzala* pode ser situado ao lado de *Raízes do Brasil* (1936), de Sérgio Buarque de Holanda, e da *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942), de Caio Prado Jr., como obras decisivas para a compreensão sociológica do Brasil a partir de então. Com ela Freyre lançava os alicerces de todo o desenvolvimento ulterior de compreensão da estrutura

colonial brasileira. Desde o modo arquitetônico como a casa-grande era organizada, indício de uma ordem patriarcal, estratégia de análise que o autor retomará em outras obras, ao analisar a arquitetura de Minas Gerais para evidenciar a presença da cultura oriental em terras brasileiras, por exemplo, até o cotidiano sexual, descrito com uma crueza naturalista. Nada escapa à pena desse pintor habilíssimo. Não um “pintor da vida moderna”, como queria Baudelaire, mas um pintor da vida nos trópicos. Sem faltar, claro, o leve toque de aristocratismo de um dândi, um tanto *belle époque*, que lhe era peculiar, e que levou a estudiosa Maria Lúcia Pallares-Burke a defini-lo como um “vitoriano nos trópicos”.

Mas no que consiste afinal a inovação radical de Freyre? Como bem notou Antonio Candido, para um leitor atual talvez seja difícil ter a dimensão do escândalo que foi a publicação de *Casa-Grande & Senzala*, em 1933, primeiro volume da trilogia que compõe a série Introdução à História da Sociedade Patriarcal no Brasil, seguido de *Sobrados e Mocambos* (1936) e *Ordem e Progresso* (1959), e que seria finalizada com um quarto volume, *Jazigos e Covas Rasas*, nunca concluído. Em termos teóricos, Freyre havia aprendido a separar *raça* e *cultura* quando foi aluno do antropólogo Franz Boas, na Universidade de Columbia, a quem atribui uma das maiores lembranças de mestre que tivera. Por outro lado, ao colocar a análise econômica, de extração não-marxista, acima da religiosa ou política, e inspirado na ideia de Spengler, segundo a qual, na análise das sociedades, a *casa* é muito mais importante do que outras variáveis socioculturais, Freyre desloca em cento e oitenta graus o campo de visão da análise sociológica e histórica. Sai das questões macroestruturais políticas, mercantis, estatais, burocráticas, religiosas e macroeconômicas, predominantes mesmo em um historiador como Oliveira Lima, um dos seus maiores inspiradores e amigos, e que já havia colocado a historiografia em um patamar mais empírico. Nessa guinada, Freyre insere no centro do seu cenário o senhor de engenho, com seus escravos e mucamas. Ou seja: a casa, a senzala, a família.

Daí em diante, a sucessão de hipóteses e descrições de *Casa-Grande & Senzala* se segue em vertigem. Ao mesmo tempo em que explora o sadismo

do senhor em relação aos escravos, mostra que ambos se apaziguam na medida do possível nas assimetrias de poder, em um processo de *assimilação* e *contemporização*, outros dois termos centrais. A tese da inferioridade do índio (coletor nômade e agricultor) em relação ao negro (sedentário pecuarista) e ao branco, defendida abertamente, para o mal-estar das boas almas indigenistas. As longas páginas de elogio à cultura negra e a crítica feroz ao racismo, em franco conflito com a eventual superioridade comparativa de outras raças e culturas em relação ao negro. Elogios ao negro e ao mulato sucedidos de paradoxais afirmações de que a fusão com o branco teria aumentado suas aptidões, bem como outras afirmações eugênicas. Já a crueza das descrições sexuais, tema de quase metade da obra, é um caso à parte. Curiosamente, e poucos atentam para isso, Freyre retira do negro a predominância do aspecto afrodisíaco da cultura brasileira, ou seja, refuta uma concepção explicitamente racista, e o coloca como próprio do branco, como estímulo que emerge induzido pela própria hierarquia do poder, cujo ápice é o sadismo. A iniciação sexual indiscriminada dos moleques com animais, com escravas, com mucamas, vistas como verdadeiras “carnes pretas feitas para o prazer”, e o atrito do poder sadomasoquista ativando ainda mais as glândulas erógenas. Os escravos enterrados nas edificações das casas para que seu sangue servisse de betume. A podridão dos hábitos dos brancos, as condições de higiene precárias, à exceção dos mouros. O papel mourisco na cultura, na arquitetura, na culinária, no folclore, no xale-véu das beatas. O tipo híbrido de catolicismo pagão, inclinado à magia, com temperos berberes, africanos, indígenas, embebido de um clima de erotização e moralização tropical mais amplo, com as beatas esfregando os crucifixos entre as pernas, às escondidas, na missa, para fortalecer os pedidos de casamento. A defesa do caráter plástico do português e sua aptidão à adaptabilidade, incomparável a nenhum outro povo colonizador do mundo. A mestiçagem como fenômeno central da cultura patriarcal. Os laivos antisemitas contidos na descrição da função dos judeus no monopólio mercantil e na formação da ulterior estrutura capitalista, que poria abaixo os fundamentos patriarcais, pedra angular do iberismo e da mestiçagem. Seguindo-se a tudo isso um longo etc.

Apenas um espírito libérrimo como Freyre, com uma erudição avassaladora e um estilo sem par, poderia escrever *Casa-Grande & Senzala*. E jogar na cara do leitor comedido essa enxurrada de temas polêmicos, pressupondo-os como formativos do caráter brasileiro, ou seja, de todos nós, como quem oferece um espelho sujo a um amigo. Apesar da opinião da boa consciência aburguesada de então ou da classe média pacata de hoje em dia, seja ela adepta da esquerda progressista ou do fascismo estatizante, antagonismos estes que, para a felicidade dos amantes da dialética, nos últimos tempos têm cada vez mais se sintetizado, tais paradoxos descritos por Freyre *não* são científicos, no sentido de serem refutáveis por outras descrições. Eles *são* a própria essência vivencial e existencial da cultura brasileira, por mais que por questões psicanalíticas ou por simples conveniência não queiramos enfrentá-los. Não por acaso, já se disse que toda a formação da sociologia brasileira se deu para refutar em menor ou maior grau as teses de *Casa-Grande & Senzala*.

Embora seja possível ressaltar o estereótipo regionalista de suas premissas e a sua dificuldade de dialogar com o processo modernizador em vias de se deflagrar com a industrialização, é inegável que suas análises têm alcances teóricos mais amplos, não podem ser reduzidas a uma adequação ou não à ordem social vigente. Talvez o tema do valor positivo da mestiçagem seja o ponto nodal mais espinhoso de sua teoria, pois, por mais crua que seja sua descrição, ele minimiza retrospectiva e prospectivamente a opressão dos senhores para com os negros, além de neutralizar os conflitos que se desenrolavam nas primeiras décadas do século XX. Assim, sua teoria pode gerar, segundo seus detratores, uma diluição das relações de poder entre as raças e entre os grupos sociais. Essa diminuição paulatina pode de fato ser observada no processo histórico brasileiro, mas a teoria do pernambucano teria contribuído para minimizar ou até desprezar a violência de fundo, latente até os dias de hoje na sociedade brasileira.

Porém, ao que parece, do ponto de vista estratégico, no fundo Freyre queria com tais avaliações minimizar o teor negativo da estrutura escravagista na formação do Brasil. Se, em primeiro lugar, em virtude da colonização portuguesa, o Brasil sempre teve o “equilíbrio de contrários” como função

endógena ao seu processo de formação, por pior que tivesse sido a colonização, esse equilíbrio foi, em si mesmo e em última instância, saudável. Ele é que produziu a dinâmica da estrutura patriarcal da sociedade, centrada no *pater familias* que é, paradoxalmente, para o sociólogo, a base do processo histórico e de um desenvolvimento *natural*. A família é que é a agente das iniciativas sociais nucleares da sociedade brasileira, o seu eixo, tanto afetiva quanto política e economicamente. Não o Estado ou as instituições civis. É a livre iniciativa das famílias que gera a dinâmica do desenvolvimento e que se autorregula, não as forças externas oferecidas pelos mecanismos impessoais da política, que em geral nada mais é do que os tentáculos de um espaço público burguês capitalista, supostamente neutro e supostamente interessado no bem comum.

A maneira que ele encontrou de ampliar o tema do patriarcalismo em suas obras posteriores foi traduzindo-o em dois eixos principais: o iberismo e a colonização lusófona. Esta é, em contrapartida, a tese mais poderosa de sua obra e a de mais difícil refutação. Do ponto de vista étnico, poderíamos objetar, dizendo que a dicotomia senhor-escravo que Freyre analisa nunca poderia ter gerado a dinâmica histórica complexa que gerou. Tampouco teria produzido a mestiçagem que ele tanto valoriza. Mas nesse ponto, Freyre vai mais longe em sua busca das raízes da mestiçagem, que seriam a fonte do “equilíbrio dos contrários”. Para ele, o caráter plástico do português, responsável por um tipo específico de colonização não só na América, mas em todo mundo, e a aptidão ibérica em mesclar raças e culturas *não* nasce apenas do longo período visigótico, mouro ou berbere da Península. Não está alocada *apenas* no convívio pacífico de muçulmanos, cristãos e judeus ao longo de alguns séculos da Idade Média, na então chamada Hispânia, região que abrangia toda a extensão peninsular. Não se trata *apenas* de ser um braço da Europa e um entroncamento que unia as quatro coordenadas da Terra, a norte e a sul, bem como o oriente e o ocidente, recebendo influxo de todas elas. A análise de Freyre demonstra, por meios antropológicos de análise dos graus de extensão da caixa craniana (dolicocefalos, braquicefalos, mesocefalos), que esse hibridismo cultural ibérico começa no Paleolítico (2,5 milhões de anos até 10

mil anos antes do presente), e haveria, por exemplo, uma dificuldade de distinguir, na Península, a predominância dos elementos continentais, que nós hoje chamaríamos genericamente de europeus, daqueles de origem africana.

Essa predominância dos estudos ligados ao modo de colonização portuguesa, entendidos nesse sentido transoceânico, é desenvolvida em uma série de obras que foram oportunamente publicadas pela Editora É: *O Mundo que o Português Criou, Uma Cultura Ameaçada e Outros Ensaios, O Luso e o Trópico, Aventura e Rotina e Um Brasileiro em Terras Portuguesas*. Em todas elas, Freyre pretende aprofundar seu estudo da colonização e do caráter luso por intermédio do novo conceito que passa a cunhar: a lusotropicologia. Esta se baseia na apreensão das “constantes portuguesas”, em sua dinâmica transoceânica, abrangendo quase todo hemisfério sul, e postula uma orientação comum e um complexo civilizatório próprio, não demarcado por estados nacionais, etnias, culturas ou línguas, mas pelos modos de aculturação e de mestiçagem que se operaram nessas regiões híbridas.

Mais do que uma lusitanidade ou portugalidade, Freyre lida com a mencionada hipótese de uma lusofonia expandida. Em *O Luso e o Trópico*, traça uma aproximação importante para as relações entre Portugal e Brasil, sem abandonar a análise de outras regiões sob a influência da colonização ibérica. Quase de maneira complementar, em *O Mundo que o Português Criou* (1940), e de certa forma em contraponto com algumas definições do caráter português contidas em *Casa-Grande & Senzala*, amplia dados sobre a vinda dos primeiros portugueses à *terra brasilis*. Por seu turno, essas ideias são retomadas em *Aventura e Rotina* e em *Um Brasileiro em Terras Portuguesas*, ambas de 1953, após longa viagem pela lusofonia africana, chinesa e indiana. Freyre passa cada vez mais a mesclar a pesquisa em arquivos e bibliotecas às fontes testemunhais diretas, recolhidas em experiências pessoais.

Essa apologia ibérica é de uma grande abertura, pois nos força a rever todo processo civilizatório português não mais em uma chave lusitana, mas sim na dimensão de uma geopolítica “cosmopolita” que fez da península um ponto estratégico milenar que contribuiu decisivamente para a modernização e, contraditoriamente, isolou-a, produzindo a sua insularidade perante a Europa.

O Brasil viveria o mesmo dilema, e é por isso que Freyre é um autor fundamental para compreendermos o que se costuma chamar de “modernização conservadora”, fenômeno típico brasileiro e que não tem teor necessariamente negativo. Afinal, sendo paradoxal, diz respeito à realidade brasileira profunda. Só por isso, merece atenção. Na verdade, a modernização deixa de ser conservadora com o processo industrial e com o urbanismo. Tem suas origens no projeto desenvolvimentista tipicamente do Sul. Temos então, com esse processo, na visão de Freyre, descrita em *Ordem e Progresso*, algo bastante negativo: uma crise nos princípios de acomodação social, a partir da qual os lugares e papéis sociais se embaralhariam, e a dinâmica dos opostos deixaria de ser complementar. Esse talvez seja um ponto fraco do pensamento de Freyre, pois ele não contempla que tal dinâmica, sendo interna à cultura, não poderia ser pulverizada por um deslocamento demográfico nem pelo trânsito de um segmento rural aos segmentos urbanos, tampouco pela mudança dos modos de produção, da escala mais local à mais industrial. Mas mesmo nesse quesito, suas observações são preciosas, pois, como ressaltou Fernando Henrique Cardoso em um ensaio sobre o pernambucano, demonstram que é justo nesse momento que o Brasil desloca seu eixo de gravitação “do Oriente para o Ocidente”. Essa ideia é muito importante, matricial para entendermos o pensamento de Freyre. Vou apenas levantar alguns pontos aqui.

O processo modernizador brasileiro começa com mais ênfase na passagem da monarquia para a república e é amplamente analisado nas mais de mil páginas de *Ordem e Progresso*. Resumidamente, a grande questão que se coloca na passagem do século XIX para o XX é: como conferir unidade ao Brasil? O poder monárquico, mais centralista, seria capaz de realizar essa coesão? Ou a República, entendida como a soma dos diversos núcleos de poder, a levaria a cabo? Em muitos sentidos esse é um falso problema. No fundo, sociologicamente, a República sempre foi uma continuação do Império. Haja vista o papel quase irrelevante que as revoluções ocupam na transição dos sistemas de governo brasileiros, relativamente a outros países hispânicos. Porém, comparada às repúblicas caudilhistas dos países hispano-americanos

recém-emancipados e aos absurdos a que o bolivarismo conduzia alguns deles, por estranho que essa afirmação pareça, a monarquia brasileira, sob Dom Pedro II, era muito mais desenvolvida do que muitas repúblicas. E valeria aqui a famosa piada, segundo a qual, com o fim da monarquia brasileira, acabava a última democracia da América Latina.

Pode-se ver com mais nitidez o equívoco da oposição radical entre monarquia e república ao olharmos os conflitos étnicos, pois tais embates políticos corriam paralelamente à questão escravagista. Basta lembrar que mesmo negros libertos, posteriormente, chegaram a nutrir nostalgia pela ordem monárquica. Nos anos 1920 e 1930, o pêndulo que oscila entre liberalismo econômico e escravidão, entre monarquia e república, entre estado e governabilidade coesiva dos diversos brasis dentro do Brasil descreve um movimento dilemático central e sem repouso, do qual Freyre tomará parte. Da mesma forma que essas esferas raciais e políticas não se recobrem, paradoxos estes que são o deleite de Freyre, não há, especialmente no Brasil, uma relação causal direta entre os meios de produção e o aparato político e ideológico. Tanto que Joaquim Nabuco, um dos mentores do abolicionismo, era a um só tempo monarquista, liberal e membro do partido conservador. Enquanto nomes como Alberto Torres e Oliveira Vianna propõem um Estado forte como eixo estabilizador da sociedade, ideias que redundarão no Estado Novo, e Euclides da Cunha dissecou um exemplo clássico de revolução conservadora materializada no episódio de Canudos, e enquanto quase toda a ênfase do pensamento de então oscila entre a monarquia e a república, Freyre começa sua vasta obra para demonstrar o papel desempenhado pela instituição doméstica, pelo *pater familias*, pelo senhor de engenho e pelo patriarca no projeto de desenvolvimento brasileiro.

Nesse ponto específico, a visão dos paradoxos flagrada por Freyre vai tão longe que a própria divisão entre progresso e atraso, vincada no lema positivista da bandeira, é questionada. Sua leitura é a de que assim como haveria no Brasil uma “mística” da liberdade, que tem seus alicerces em uma noção abstrata de progresso, também haveria a sua vinculação a uma ordem, igualmente abstrata, que não dimanava das forças reais dos atores que estão na

base da pirâmide social, mas sim da noção de Estado e de um princípio de autoridade, cujo materialização mais prosaica é a nossa cultura bacharelesca e o nosso tão familiar e cotidiano autoritarismo. Este movimento, em contrapartida, se consuma em uma defesa irrestrita da ordem e de sua legitimidade irrestrita, que por sua vez se dá de maneira externa e, em último caso, por coerção. No jogo complementar de opostos entre os personagens Esaú e Jacó, do romance homônimo de Machado de Assis, que certamente seria um leitor voraz de Freyre, o feroz monarquista e o feroz republicano têm seus rostos fundidos em um só, numa cena de fina ironia. Para Freyre, o dilema alternativo entre autoritarismo e democracia seria um falso problema, pois, no fundo, ele representaria materialização dessas duas místicas complementares: a da ordem e a da liberdade. Porém, no Brasil, devido à nossa formação, ambas necessariamente coexistem sem possibilidade de se excluírem. Para o pernambucano, a raiz desse processo já está potencialmente na dinâmica colonial do senhor de engenho e do escravo. Ou seja, na complementaridade pacífica e na dialética sem síntese possível entre opostos que se equilibram e se alternam eternamente.

Ora, mas se a Península Ibérica sempre foi um grande celeiro cosmopolita, um entreposto entre as Índias Ocidentais, o continente europeu e todo o Oriente, e se o comércio e as missões jesuíticas conectaram durante muito tempo o Brasil com a África, a Índia e a China, com a ascensão do capital industrial o Brasil tende a romper esses velhos laços e a se alinhar a países como a Alemanha, a Inglaterra, a França e os EUA, cosidos no seio de um capitalismo de extração protestante, e, justamente por isso, rapidamente industrializados. Em *Uma Cultura Ameaçada*, Freyre destaca os perigos para a sobrevivência da matriz cultural luso-brasileira, advindos de um eventual imperialismo nazista alemão, mas ao longo do tempo o sociólogo distinguirá as matrizes sociais alemã e inglesa, sem, contudo, mostrar a diferença essencial que ambas teriam com relação ao iberismo. Esse alinhamento será um projeto latente já a partir da República, defendido sobretudo pelos chamados americanistas, dentre os quais Rui Barbosa, e pelos protagonistas das novas forças econômicas que entram em cena, desmontando os centros regionais de

produção. O antagonismo de Freyre ao americanismo é tão claro que o sempre perspicaz José Guilherme Merquior chegou a defini-lo como o anti-Rui Barbosa. Trata-se também da fase de deslocamento da produtividade do Norte e Nordeste para as regiões Sul e Sudeste. Pode-se dizer que Freyre nutria uma grande desconfiança quanto aos resultados desse deslocamento. Tanto que em *Homens, Engenharias e Rumos Sociais*, publicado em 1987, ano da sua morte, o autor trata da engenharia em sua forma social e humana, além da física, dando atenção à ocupação das florestas brasileiras, em especial a Amazônia. Podemos dizer que, na leitura de Freyre, com a industrialização o Brasil iria se tornar servo do modelo de produção sulista que era, por sua vez, o modelo europeu-ocidental, mas não o ibérico, ou seja, menos “cosmopolita” e menos “universal”. Curiosamente, do ponto de vista de Freyre, simplificando bastante uma questão muito mais complexa, apenas com a industrialização o Brasil passa a ser “ocidental” e deixa de pertencer ao grande bloco transatlântico de um Oriente expandido. Em outras palavras, deixa de ser lusotropical.

Às suas duas grandes vertentes teóricas, ou seja, o estudo da formação patriarcal brasileira, cujo cerne é a mencionada trilogia, e a série dedicada à lusotropicologia, vem se somar a monumental obra *Sociologia*, que começou a ser escrita em seu período de estudante nos EUA, entre 1918 e 1923, mas só foi publicada em 1945, antecedida por *Problemas Brasileiros de Antropologia* (1943). Um enorme arco temporal que explica em partes a maturação da volumosa massa de informações desse outro clássico do pensamento brasileiro, também publicada pela Editora É. Em mais de quinhentas páginas de tamanho duplo, mil páginas nos dois tomos de sua primeira edição, Freyre faz todo o percurso erudito, *scholar* e teórico da Sociologia no século XX, ressalta os equívocos e destaca o valor de determinadas teses. Em um diálogo que se dá com nomes que vão desde clássicos da antropologia como Kroeber, em especial o seu *A Natureza da Cultura*, o mencionado Boas, Simmel, Mead e Park, Freyre também transita pelo conceito de *idealtypus* de Weber e passa em vista os sociólogos e antropólogos ingleses e norte-americanos, as escolas

alemães dos neokantianos e culturalistas, tais como Cohen, Windelband e Cassirer, e, sobretudo, Rickert, egressos da *teoria compreensiva* de Dilthey.

Como corolário, temos a publicação da segunda parte de suas memórias, *De Menino a Homem*, obra até agora inédita, continuação de *Tempo Morto e Outros Tempos*. Nela a vida e a obra de Freyre se entrelaçam definitivamente. Pode-se ver em primeira pessoa sua impressão dos mestres que tivera quando convidado para dar aulas na Universidade de Colúmbia, a pedido do professor Alvin Martin. Entre eles Terman, Boas, Veblen e sua colega Ruth Benedict, que depois será uma antropóloga eminente. Seu contato com o famoso e ferino crítico literário Mencken. E o mais importante: os germes das pesquisas e ideias que o levariam à escrita de *Casa-Grande & Senzala*. A autobiografia, bem ao gosto freyreano, cheia de divagações, em um estilo que passa da descrição de personagens históricos a ideias teóricas e retorna aos cheiros, gostos e lugares que visitou, não deixa de fora nem alguns ingredientes picantes, tais como as experiências homossexuais do autor, na Alemanha, relatadas em uma franqueza confessional chocante. Isso demonstra que só mesmo um intelectual “algo anárquico”, como ele próprio se definia, mas ao mesmo tempo profundamente cioso da conservação de certas estruturas vivenciais e culturais, poderia ter escrito a obra que escreveu e analisado a cultura e a vida do Brasil com a sua agudeza.

Por todos esses motivos, segundo Freyre, ao deixarmos de ser ibéricos, por conseguinte rompemos com as raízes que nos forneciam o equilíbrio das contradições. Com os projetos desenvolvimentistas, teríamos passado, então, a uma visão planificadora da dinâmica social, que postularia uma possível superação dos antagonismos. Se tal superação é exequível, é uma pergunta que toda a história recente, todos nós, em nossa vida cotidiana, e todos os intelectuais têm feito todos os dias. Mas se o for, o será mediante uma visão unilateral do progresso que, como toda unilateralidade, sempre comporta perigos, que não são nunca pequenos. Provavelmente ela o seja, mas à custa da mutilação de um dos lados dessa moeda ambivalente que se chama Brasil. Do mesmo modo, poderemos transformar Gilberto Freyre em um autor politicamente correto. Poderemos expurgar de suas obras tudo aquilo que seja

ofensivo à democracia, à igualdade das raças, ao equilíbrio, ao desenvolvimento, aos bons sentimentos, à justiça social, à boa consciência, em resumo, à domesticação coletiva que todo progresso exige. Teremos o Brasil falsamente traduzido em um de seus aspectos. Teremos assim, finalmente, apenas uma face de Gilberto Freyre. Apenas uma de suas metades. Muito mais fácil de ser aceita. Muito mais fácil de ser compreendida e assimilada. Mas nem por isso, a melhor.

OBRAS DE GILBERTO FREYRE INÉDITAS E REEDITADAS

DE MENINO A HOMEM

Editora Global

224 páginas

CASA-GRANDE & SENZALA

Editora Global

728 páginas

SOBRADOS E MOCAMBOS

Editora Global

534 páginas

ORDEM E PROGRESSO

Editora Global

1115 páginas

SOCIOLOGIA:

INTRODUÇÃO AO ESTUDO DOS SEUS PRINCÍPIOS

Editora É

543 páginas

SOCIOLOGIA DA MEDICINA

Editora É

288 páginas

VIDA, FORMA E COR

Editora É

366 páginas

UMA CULTURA AMEAÇADA E OUTROS ENSAIOS

Editora É

224 páginas

UM BRASILEIRO EM TERRAS PORTUGUESAS

Editora É

438 páginas.

AVENTURA E ROTINA

Editora É

519 páginas

O MUNDO QUE O PORTUGUÊS CRIOU

Editora É
126 páginas

O LUSO E O TRÓPICO

Editora É
334 páginas

HOMENS, ENGENHARIAS E RUMOS SOCIAIS

Editora É
338 páginas

Rodrigo Petronio é escritor, professor e editor. Professor e coordenador da Academia Internacional de Literatura (AIL) e do Centro de Estudos Cavalo Azul. Autor dos livros: História natural, Transversal do tempo, Assinatura do sol, Pedra de luz e Venho de um país selvagem, entre outros. Mantém o blog Essa realidade inatingível: <http://rodrigopetronio.blogspot.com/>